

Após os atentados terroristas de 11 de Setembro de 2001, em Nova Iorque e Washington, muitos analistas e comentadores anunciaram o nascer de uma nova Era nas relações internacionais. Talvez os atentados não tenham provocado mudanças estruturantes no sistema internacional, sendo antes reflexo de ameaças e riscos cujos contornos já se vinham desenhando desde o fim da Guerra Fria.

Ainda assim, acabaram por adiar, pelo menos em mais de uma década, a concretização da vontade explicitada logo em 2000, pela diplomacia americana, em regressar a uma maior contenção em matéria de intervenções militares. Com a doutrina da “guerra ao terrorismo”, o mandato da administração Bush acabou por ficar marcado por duas guerras, a primeira das quais teve início há dez anos no Afeganistão.

Após o 11 de Setembro, o Afeganistão tornou-se, de facto, uma questão crucial para a segurança internacional. Foi, e é ainda, o maior desafio da Aliança Atlântica, que realizou, neste cenário, a sua primeira grande missão fora da sua área de intervenção tradicional. O mandato que as Nações Unidas deram e que a NATO procurou executar era claro e remetia-nos para o objectivo político de tornar o Afeganistão um Estado seguro, próspero e democrático, dirigido por uma liderança afegã responsável e capaz de proteger, estabilizar e desenvolver o país, com base nos princípios da boa governação.

Mas a missão da NATO no Afeganistão era, à partida, uma missão difícil. Difícil pela complexidade do teatro de operações; porque envolve um elevado nível de risco; pela natureza atípica do inimigo; e difícil porque, sendo uma missão militar, era justamente uma missão cujo objectivo último seria o apoio à construção de um Estado, em todas as suas dimensões, que pudesse responder às necessidades dos seus cidadãos através de instituições sólidas e democráticas.

Dez anos depois, e com a redução progressiva dos contingentes militares em pano de fundo, a revista *Nação e Defesa* considerou que tinha chegado o momento de dedicar um número temático ao conflito afegão, com o intuito de efectuar um balanço crítico e um ponto de situação plural.

Graças a contributos de diplomatas, militares e académicos com experiência no terreno, são analisados os sucessos obtidos e os obstáculos por ultrapassar pelo

---

governo em Cabul e pela coligação internacional, ao mesmo tempo que se elencam os desafios à segurança e desenvolvimento do país após a retirada das forças militares da coligação, previsivelmente a partir de 2014.

Nas diversas análises é patente uma certa ambivalência quanto aos resultados alcançados e quanto ao futuro do Afeganistão. Ainda que a maioria dos autores reconheça os significativos progressos registados em termos de segurança e desenvolvimento humano face à situação que se observava em 2001 sob a liderança *Taliban*, existe um grau assinalável de cepticismo quanto ao futuro do país e à legitimidade e capacidade do actual sistema de governo em subsistir sem o apoio ocidental (para não falar do apoio paquistanês).

Os desafios que se colocam aos países da coligação – da qual Portugal faz parte –, ao Afeganistão e aos países vizinhos são inúmeros e multifacetados, mas podem ser sintetizados em cinco grandes vertentes.

A primeira está associada à definição e prossecução dos interesses norteamericanos para a região. A guerra no Afeganistão foi uma das facetas mais palpáveis da guerra contra o terrorismo e do empenhamento dos EUA em eliminarem a liderança e a estrutura operacional local e regional da *Al Qaeda*, justificando sucessivos incrementos do número de forças militares no terreno, que culminaram recentemente com os sucessos obtidos na eliminação de Osama bin Laden e alguns dos líderes mais carismáticos da organização terrorista.

A segunda vertente resulta dos consideráveis custos humanos e materiais da condução da guerra neste teatro de operações particularmente exigente. As perdas em vidas humanas entre militares e civis ocidentais, afegãos e paquistaneses, e o impacto em termos económicos tem sido assinalável – mais agravado pela crise financeira que afecta a maioria dos países da coligação – e está bem documentado em vários estudos independentes publicados. Estes custos têm tido como efeito uma redução do apoio por parte da opinião pública dos países directamente envolvidos à permanência da presença militar no Afeganistão, sendo mesmo apontados por alguns como factores explicativos da erosão do poder económico dos Estados Unidos da América ao longo da última década.

Terceira vertente. Os avanços alcançados pelos *Taliban* e pela *Al Qaeda* entre 2005 e 2009 sofreram desde então uma série de desaires. Esses progressos estão actualmente sob grande pressão, havendo notícias de que estão em curso processos negociais entre os Estados Unidos, o Paquistão, o governo afegão e membros de duas das três estruturas operacionais dos *Taliban*: a facção *Gulbuddin Hekmatyar Hezb-i-Islami* e a rede *Haqqani*.

A quarta vertente está associada às fraquezas e vulnerabilidades do governo afegão liderado por Hamid Karzai, que se encontra consideravelmente mais fra-

gilizado, menos capaz e credível aos olhos da população do que em 2005. Trata-se de uma sintomatologia diagnosticada em vários relatórios da ONU, da NATO e de *think tanks* e organizações não-governamentais. A polícia afegã padece de vulnerabilidades significativas em termos operacionais, apesar da enorme melhoria obtida através do *mentoring* da NATO; os ministérios têm sido ineficientes; recorrentemente são denunciados casos de corrupção governamental; e o narcotráfico aumentou significativamente nos últimos três anos, representando quase um terço da economia oficial do país, o que gera recursos financeiros significativos para os *Taliban*.

Por último, e como atestam várias sondagens, a população afegã em geral está cansada da guerra e da presença de forças militares estrangeiras, ainda que veja com muito maior desprezo não apenas os *Taliban* mas também o governo central e os seus parceiros. No entanto, as suas perspectivas quanto a uma maior segurança e desenvolvimento após a retirada da coligação são marcadas por um acentuado pessimismo, reflexo de que mesmo assim “optam pelo menor dos males”.

Em suma, o futuro do Afeganistão está em aberto e voltará, com grande probabilidade, a ser tema na *Nação e Defesa*.

Para além dos artigos temáticos sobre o Afeganistão, o presente número incorpora ainda uma análise comparativa entre o *Great Game* e o *New Great Game* – num estudo que aborda intersecções geoestratégicas com as actuais dinâmicas de segurança afegã –, uma reflexão crítica sobre a evolução e os desafios associados às novas dinâmicas de segurança sobre a dimensão tradicional de soberania dos Estados: o seu espaço e o seu território, e uma incursão analítica sobre as sondagens à opinião pública, realizadas em Portugal entre 1973 e 2004, onde a política ultramarina, o fim da guerra colonial e a descolonização foram tema.

Vítor Rodrigues Viana